

## Sistemas de Média na África Subsaariana: Variedades de Pluralismo Polarizado?

José Santana Pereira, Tiago Velez & Maisa Lima

ISCTE e CIES-ISCTE / CIES-ISCTE / ISCTE

jose.santana.pereira@iscte-iul.pt / tiago\_alexandre\_vez@iscte-iul.pt / maisa\_almeida\_lima@iscte-iul.pt

### Resumo

Neste artigo, recorre-se aos dados do African Media Barometer e a literatura secundária para analisar e agrupar os diferentes sistemas de média na África Subsaariana, região do globo que tem recebido pouca atenção por parte dos comunicólogos comparativistas. Conclui-se que estes sistemas de média podem ser agrupados em três grupos, relativamente homogêneos do ponto de vista político, linguístico e/ou de legado

Palavras-chave: Hallin e Mancini; desenvolvimento do mercado dos média; paralelismo político; intervenção do estado; profissionalização jornalística.

colonial e muito similares quanto ao desenvolvimento do mercado de média, à intervenção do Estado neste âmbito, à diversidade política e à profissionalização dos jornalistas. Contudo, nenhum destes grupos espelha na perfeição os ideais-tipo do modelo de Hallin e Mancini, constituindo três modelos híbridos de diferente natureza.

## Media Systems in Sub-Saharan Africa: Varieties of Polarised Pluralism?

### Abstract

In this article, African Media Barometer data and secondary literature are used to analyze and cluster the different media systems in Sub-Saharan Africa, a region of the globe that has received little attention from comparativist communication scholars. We show that these media systems can be grouped into three relatively homogeneous groups from a political, linguistic

Keywords: Hallin & Mancini; media market development; state intervention; political parallelism; journalist professionalization.

and/or colonial legacy point of view. These groups are very similar in terms of media market development, State intervention, political diversity and journalist professionalization. However, none of these groups perfectly mirrors the ideal types of the Hallin and Mancini model, constituting three hybrid models of different nature.

Data de submissão: 2024-03-24. Data de aprovação: 2024-12-05.

Revista Estudos em Comunicação é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *LabCom – Comunicação e Artes*, UIDB/00661/2020.

## Introdução

Quão longe conseguem os sistemas de mídia viajar? Esta pergunta serve de título ao contributo de Katrin Voltmer (2012) para a discussão sobre a aplicabilidade do modelo teórico de Daniel Hallin e Paolo Mancini a casos não analisados no seu livro, focado na Europa Ocidental e América do Norte (Hallin & Mancini, 2004). As respostas não se têm feito desejar. De facto, esta questão tem norteado muita da investigação realizada desde a publicação de *Comparing Media Systems* (Hallin & Mancini, 2004). Por um lado, este livro veio oferecer aos estudiosos da comunicação política e dos média um novo e robusto quadro teórico para estudos comparativos, substituindo os modelos datados dos anos 1950 e 1970; por outro, o enfoque geográfico restrito deste trabalho aguçou a curiosidade académica e levou à realização de trabalhos destinados a alargar o espectro empírico e discutir as consequências teóricas de tal alargamento. Num primeiro momento, o investimento foi feito no alargamento para o Oriente europeu, pensando e testando a adequação dos modelos para a compreensão dos sistemas mediáticos das novas democracias da Europa Central e de Leste. Logo depois, o enfoque alargou-se ainda mais, incluindo países como China, Rússia, Israel, Brasil ou África do Sul e regiões como o Médio Oriente (Hallin & Mancini, 2012a).

O objetivo do presente artigo é o de contribuir para o debate científico sobre a aplicabilidade do modelo de Hallin e Mancini (2004, 2012a) noutras latitudes e para o entendimento dos sistemas mediáticos num contexto ainda relativamente inexplorado, a África Subsaariana, cujas características sociais, económicas e políticas constituem um desafio interessante aos três ideais-tipos cunhados pelos autores. Concretizamos este objetivo através de dados quantitativos que nos permitem agrupar os vários países desta sub-região africana de acordo com as semelhanças dos seus sistemas de mídia, e enriquecemos a análise quantitativa com os resultados de estudos de caso ou comparativos que lançam luz sobre alguns dos padrões identificados.

O artigo encontra-se estruturado da seguinte forma. Na secção seguinte, apresenta-se uma revisão da literatura sobre modelos comparativos de análise de sistemas de mídia, no seio da qual o trabalho de Hallin e Mancini (2004, 2012a) ganha destaque, discute-se a literatura que problematiza e concretiza um alargamento deste modelo para outras regiões do globo, e resume-se o pouco que se sabe sobre sistemas de mídia na África Subsaariana. Em seguida, apresentam-se os casos, os dados, e a operacionalização das variáveis usadas na nossa análise dos sistemas de mídia africanos. Depois, descrevem-se os resultados de uma análise de *clusters*, enriquecidos pelos *insights* da literatura secundária sobre alguns casos paradigmáticos dentro de cada grupo de países. O artigo termina com a discussão dos principais padrões observados.

## Revisão da Literatura

### *Sistemas de Mídia em Perspetiva Comparativa*

Um sistema de mídia pode ser definido como “uma rede de órgãos de comunicação social – canais de televisão, imprensa (jornais e revistas), rádio e online – que existem, interagem e competem numa dada área geográfica, num determinado período de tempo, servindo a mesma população, sob o mesmo quadro legal, e enfrentando idênticas restrições políticas, económicas e sociais” (Santana Pereira, 2012, p. 76, nossa tradução). Ainda que existam situações em que um único país, pela sua diversidade cultural, possa possuir dois sistemas de mídia ou, pelo contrário, cenários em que diversas regiões com proximidades culturais possam partilhar um único sistema, por norma, estas áreas geográficas correspondem a um só país (Santana Pereira, 2012).

Os sistemas de média constituem entidades autónomas, complexas e díspares, portadoras de uma estrutura própria e mutável. De facto, a literatura tem evidenciado as dinâmicas dos sistemas de média em diferentes cenários políticos, e a sua plasticidade tem motivado a proposta de modelos analíticos para identificar diferentes configurações. Siebert, Peterson e Schramm (1956) foram os primeiros a tentar domar toda a variabilidade dos sistemas mediáticos. Partindo do pressuposto que as estruturas sociais e políticas moldavam os sistemas de média, os autores apresentaram quatro modelos: libertário, caracterizado pela menor regulamentação da imprensa e por um jornalismo liberal; autoritário, caracterizado por um forte controlo governamental sobre os média; de responsabilidade social, caracterizado por políticas subsidiárias e pela radiodifusão pública; e soviético, bastante semelhante ao modelo autoritário mas com nuances decorrentes da ideologia comunista. Esta tipologia é atualmente de pouca utilidade: por um lado, o facto de os autores terem cingido a sua análise a um número limitado de casos não permitiu captar a rica variação dos sistemas de média, nem realizar uma generalização do quadro teórico apresentado (Norris, 2009); por outro, as dinâmicas evolutivas e o metamorfismo característico dos sistemas de média fizeram prescrever rapidamente a taxonomia proposta (Santana Pereira, 2012). Duas décadas mais tarde, Blumler e Gurevitch (1995) propuseram um modelo analítico constituído por quatro indicadores destinados a determinar as relações existentes entre os meios de comunicação social e as instituições políticas: “o nível de controlo estatal sobre os meios de comunicação social; o nível de partidarismo dos meios de comunicação social; o grau de integração entre os meios de comunicação social e as elites políticas; e a natureza do credo legitimador das instituições dos meios de comunicação social” (p. 62; nossa tradução).

Este quadro teórico irá influenciar fortemente o trabalho de Daniel Hallin e Paolo Mancini (2004), que, em 2004, apresentaram aquele que é atualmente o modelo mais utilizado na análise comparativa de sistemas de média. Em *Comparing Media Systems*, com um enfoque nas relações existentes entre sistemas de média e sistemas políticos e através de uma análise histórico-cultural dos média de 18 países da Europa Ocidental e da América do Norte, os autores debruçam-se sobre quatro dimensões-chave: o papel do Estado na esfera mediática; o paralelismo político; a profissionalização jornalística e o desenvolvimento do mercado de imprensa. Estas dimensões, por sua vez, permitiram identificar três modelos distintos nos sistemas mediáticos ocidentais analisados: liberal, democrático-corporativista e pluralista polarizado. O modelo liberal é caracterizado por um mercado de imprensa desenvolvido, níveis de intervenção estatal e de paralelismo político bastante reduzidos e um corpo jornalístico altamente profissionalizado. Integram-se neste modelo os países anglo-saxónicos incluídos no estudo. O modelo democrático-corporativista, por sua vez, é marcado por um forte desenvolvimento do mercado de imprensa, uma intervenção estatal forte (mas de índole normativamente positiva), níveis de paralelismo político significativos e um grau de profissionalização jornalística bastante elevado. Este tipo de sistema de média encontra-se nas democracias ocidentais do Norte e Centro da Europa. Por fim, o modelo pluralista polarizado caracteriza-se por baixos níveis de desenvolvimento do mercado de imprensa e de profissionalização jornalística e por altos níveis de paralelismo político e de intervenção estatal. Os países do Sul da Europa apresentam este tipo de sistema mediático, razão pela qual este modelo costuma ser chamado de modelo mediterrânico (Hallin & Mancini, 2004).

O valor do contributo de Hallin e Mancini (2004) é facilmente perceptível: os modelos são conceptualmente ricos e analiticamente sugestivos e as dimensões que os definem proporcionam as bases para uma análise empírica comparativa de sistemas de média. Não obstante, e como qualquer outra inovação, este livro foi alvo de algumas críticas (cf. Santana Pereira, 2012). Os próprios autores (Hallin & Mancini, 2010) reconheceram um problema: o imperfeito ajuste entre os ideais-tipo e alguns casos por si analisados. Por exemplo, o sistema mediático francês, caracterizado por um mercado de imprensa desenvolvido e por um sistema de radiodifusão pública relativamente independente, não se encaixa perfeitamente num modelo que também inclui o sistema de média italiano. A integração de Portugal no modelo pluralista polarizado tem sido também questionada (Traquina, 2010).

Este contributo foi também criticado, desde logo, por não ter incluído as novas democracias da Europa de Leste. Se no período da Guerra Fria os seus sistemas de mídia seriam facilmente definidos como próximos do modelo comunista (Siebert, Peterson & Schramm, 1956), atualmente a sua classificação é mais complexa: alguns autores consideram que se aproximaram dos modelos ocidentais identificados em *Comparing Media Systems* (Hallin & Mancini, 2004), enquanto outros acreditam que se transformaram em modelos híbridos (Voltmer, 2008; Elvestad & Blekesaune, 2008; Castro et al., 2017). Esta crítica, por sua vez, foi reproduzida em relação a todos os países excluídos da análise de Hallin e Mancini (2004). Como veremos em seguida, muita da investigação comparativa realizada desde 2004 teve como propósito testar a aplicabilidade deste modelo teórico noutras regiões que não as estudadas neste livro seminal.

#### *Alargando o Foco Para Além do Mundo Ocidental*

São vários os estudos que têm vindo a aplicar o quadro analítico de *Comparing Media Systems* (Hallin & Mancini, 2004) a países que não integram o lote de democracias estudadas nesta obra. Este alargamento permitiu matizar a ideia – avançada em 2004 por Hallin e Mancini – de que o modelo pluralista polarizado seria observável na generalidade dos sistemas de mídia fora do contexto ocidental. Nas palavras de Voltmer, este seria uma espécie de modelo *catch-all* para sistemas mediáticos externos à esfera ocidental de democracias consolidadas (Voltmer, 2012). Efetivamente, o partidarismo jornalístico, a instrumentalização política dos meios de comunicação social e a comercialização descontrolada da indústria mediática, características do modelo pluralista polarizado que se estabelecem como potenciais entraves a uma esfera pública democrática e saudável, seriam, à partida, facilmente observáveis em democracias imperfeitas ou não consolidadas e em regimes híbridos e não-democráticos.

Na verdade, uma década mais tarde, ao rever os estudos que aplicaram o seu modelo teórico a contextos tão diferentes como a Europa de Leste, o Médio Oriente, o Brasil, a China ou a África do Sul, Hallin e Mancini reconhecem que, apesar de “muitos dos autores notarem importantes paralelismos entre os casos que estudaram e as características do nosso modelo pluralista polarizado” (2012b, p. 279, nossa tradução), o encaixe não se revelara perfeito.

Por exemplo, no que diz respeito à Europa de Leste, alguns estudos identificaram, efetivamente, elementos do modelo pluralista polarizado na região: Balčytienė (2012) concluiu que o jornalismo sofreu uma profissionalização tardia e modesta no Báltico e Dobek-Ostrowska (2012) sublinhou os elevados níveis de intervenção estatal e a forte politização dos média polacos. No entanto, Voltmer (2013) e Zielonka (2015) argumentaram que a herança comunista levou a uma evolução singular destes sistemas, pelo que se revelaria necessário adaptar a abordagem de Hallin e Mancini (2004) às características específicas dos países da Europa do Leste. Neste sentido, Castro et al. (2017) procuraram repensar o quadro analítico de *Comparing Media Systems*, adicionando duas variáveis: a liberdade de imprensa e a propriedade estrangeira dos média. Através desta incorporação, os autores conseguiram aprofundar a análise das diferenças existentes entre os países da região e identificar três modelos de sistema de mídia: um mais próximo do modelo da Europa do Sul (Bulgária, Hungria e Roménia), outro efetivamente híbrido (Croácia, República Checa, Polónia e Eslovénia) e um terceiro (Estónia, Letónia, Lituânia e Eslováquia) com várias semelhanças com o modelo liberal. Através deste estudo, foi possível identificar variações nos sistemas de mídia das democracias pós-comunistas que provavelmente não seriam observadas se fosse aplicado o quadro comparativo original de Hallin e Mancini (2004).

Viajando agora até à América do Sul, e cingindo-nos ao Brasil, embora Hallin e Papathanassopoulos (2002) tenham identificado vários traços em comum entre o sistema mediático brasileiro e os dos países do Sul da Europa, e Azevedo (2006) o tenha classificado como um exemplo de modelo pluralista polarizado, Albuquerque (2012) oferece um retrato muito mais complexo deste caso. O autor demonstra que os média brasileiros não apresentam vários traços do modelo pluralista polarizado: os jornalistas

são influenciados pelas normas do jornalismo americano, que se integra no modelo liberal; o paralelismo político não se revela particularmente forte, o que pode ser explicado pela existência de um sistema presidencial; e a maioria dos órgãos de comunicação social são privados, o que acaba por retirar força à intervenção estatal. Albuquerque sublinha a relevância de introduzir outras duas variáveis no estudo dos sistemas de média fora da Europa: a distinção entre os sistemas de média centrais – os que influenciam as práticas e normas – e periféricos – os que são influenciados – e o sistema de governo em vigor (presidencial ou parlamentar). Este último foi, de resto, um indicador ignorado por Hallin e Mancini (2004) provavelmente como resultado de um enviesamento da amostra na sua investigação – os EUA são o único país analisado que possui um sistema presidencial. No entanto, é uma variável com alguma importância, dado que em regimes presidenciais existem incentivos para uma atitude generalista (e *catch-all*) por parte dos média que não se verificam, com tanta veemência, em regimes parlamentares (Albuquerque, 2012).

Em linhas gerais, os estudos consultados confirmaram a tese inicialmente apresentada: o modelo pluralista polarizado é genericamente observável em sistemas de média fora do contexto ocidental, mas o encaixe não se revela perfeito, devido às especificidades histórico-políticas destes contextos vis-à-vis a Europa do Sul. Na secção seguinte, discutimos até que ponto é possível chegar à mesma conclusão no caso dos sistemas de média da África Subsaariana.

#### *Sistemas de Média na África Subsaariana*

A literatura sobre sistemas de média na África subsaariana pode ser organizada em três grupos de estudos: aqueles que olham para a região como um todo, os que tentam estabelecer tipologias de sistemas de média dentro da região, e os que analisam países específicos.

Como características gerais dos sistemas de média da região, os especialistas têm sublinhado o uso massivo de línguas europeias em detrimento das locais, um papel preponderante do Estado (fortíssimo após as independências, mitigado com os fenómenos de democratização nalguns países a partir dos anos 1990), liberdade de imprensa limitada, e a afirmação da rádio enquanto verdadeiro meio de comunicação de massas, em contraste com a televisão e a imprensa, elitistas e urbanos (embora tenham vindo a conhecer uma maior disseminação em períodos mais recentes) (Mano, 2010; Norris, 2004). Estas e outras características, tais como a instrumentalização política dos média e os níveis baixos de profissionalização jornalística, contribuem para que o contexto dos média na região subsaariana tenha vindo a ser descrito como, *grosso modo*, correspondente ao modelo pluralista polarizado (Ngomba, 2012).

Esta conclusão está obviamente inquinada pela tendência para sobre-generalizar com base na identificação de similitudes genéricas entre contextos, tendência essa para a qual Hallin e Mancini (2004) nos alertaram, e que se combate apenas através de uma análise comparativa fina e detalhada (Salgado, 2018). De facto, para além destes padrões gerais, tem sido reconhecido que, num contexto formado por 48 países continentais e insulares, a diversidade e variação nos sistemas de média não é negligenciável.

Na literatura especializada, é comum encontrarmos uma distinção entre os sistemas de média dos países anglófonos e francófonos (Capitant & Frère, 2011; Frère, 2012). Por exemplo, o desenvolvimento do mercado da imprensa aconteceu muito antes na África anglófona (em particular nos países da África Ocidental, num movimento liderado pela população autóctone e por missionários, e depois no Centro, Sul e Leste do continente, para servir a população colonizadora) que na África francófona. Este facto explica-se porque a administração colonial francesa desencorajara ativamente o desenvolvimento da imprensa nestes países, preferindo a disseminação dos jornais franceses enquanto ferramenta adicional de assimilação da cultura francesa pelos povos africanos (Mano, 2010; Mfumbusa, 2008). A estrutura atual dos mercados de média é também distinta: nos países anglófonos, encontramos grupos mediáticos poderosos com presença em plataformas distintas (imprensa, rádio e televisão), enquanto nos países francófonos as empresas do sector são mais pequenas e não controlam outros títulos ou canais (Capitant & Frère, 2011). A força e pujança das pequenas rádios comunitárias e não-comerciais é também

muito mais forte na África francófona do que na anglófona, em que o modelo preponderante do sector radiofónico é o comercial, com estações radiofónicas inseridas em conglomerados de média com interesses também na televisão e na imprensa escrita (Capitant & Frère, 2011, 240). Um quarto contraste diz respeito à cultura jornalística: enquanto que nas nações francófonas encontram-se traços de um estilo jornalístico francês (marcado pela tendência para o jornalismo opinativo, pouca diferenciação entre reportagem e comentário, e um ideal de serviço público que olha para o reconhecimento e o apoio do governo como algo a almejar), nos países anglófonos o modelo jornalístico pressupõe uma clara distinção entre reportagem e análise, e que a independência em relação ao Estado e ao poder político é um atributo que deve ser defendido para afirmar o produto jornalístico no mercado (Rambaud, 2009). Por fim, em termos de regulação, o modelo francófono é mais intervencionista, enquanto nos países anglófonos tende a haver mais margem para autorregulação (Capitant & Frère, 2011, 241).

A distinção entre os grupos de países anglófonos e francófonos é interessante e relevante, mas a variedade interna nestes *clusters* (os 17 países francófonos e os 24 países anglófonos são naturalmente muito distintos em termos geográficos, económicos, culturais e políticos) e a existência de um terceiro conjunto de países com legado colonial e padrão linguístico portugueses<sup>1</sup> sublinham o interesse académico de uma análise mais fina e detalhada. Para além disso, em termos de *outputs*, nomeadamente no que diz respeito à liberdade de imprensa, a distinção entre países livres e não livres não segue de forma fidedigna a dicotomia anglófono/francófono (Norris, 2004).

Nisbet e Moehler (2005) foram pioneiros na apresentação de uma tipologia de modelos de comunicação política na África Subsaariana, tendo-se baseado nas características dos sistemas políticos e em informação sobre liberdade de imprensa e os constrangimentos de tipo legal, político e económico que os média enfrentam (Nisbet & Moehler, 2005). Os autores propõem uma tipologia composta por cinco modelos, que aqui apresentamos por ordem decrescente de liberdade e autonomia mediática: democrático aberto, democrático liberalizado, autocrático liberalizado, autocrático fechado e autocrático repressivo. Apesar de ser um contributo válido, no sentido em que contribui para suprir uma enorme lacuna no conhecimento sobre o tema, esta tipologia apresenta como grande fragilidade o recurso a um número reduzido de dimensões, constituindo por isso um retrato algo desfocado da realidade dos sistemas de média nesta região do globo.

Merece, também, destaque o contributo de D'Angelo e colegas (D'Angelo et al., 2013), que revisitam o argumento de que os sistemas de média observáveis nesta região, por volta dos anos 2000, constituem variações do modelo pluralista polarizado. Os autores acabam por identificar três modelos distintos: democrático restrito (África do Sul, Namíbia, Nigéria, Uganda), democrático instrumentalizado (Gana, Tanzânia, Zâmbia) e autoritário repressivo (Etiópia, Gâmbia, Quênia, Ruanda, Serra Leoa, Zimbábue). O primeiro distingue-se por níveis comparavelmente mais elevados de autonomia e profissionalização jornalística e níveis mais baixos de paralelismo político; os restantes são os que mais se aproximam do ideal-tipo mediterrânico, mas enquanto o modelo democrático instrumentalizado se caracteriza por um mercado relativamente aberto, o modelo autoritário repressivo multiplica consideravelmente o papel – positivo (posse, regulação) e negativo (repressão) – do Estado. A principal fragilidade deste contributo é a pouca ancoragem empírica da tipologia e o enfoque num conjunto muito pequeno de países, quase todos anglófonos e ex-colónias britânicas, o que impede a sua generalização para a região subsaariana.

Por fim, existe um manancial de estudos de caso que olham para o sistema de média de um determinado país como um todo ou para elementos distintivos do mesmo (muitos dos quais visitaremos na secção de resultados, para enquadrar os nossos resultados empíricos). Neste âmbito, a África do Sul destaca-se por ser um dos países mais frequentemente estudados. Refira-se, neste âmbito, a contribuição de Hadland (2007, 2012), que contrastou os ideais-tipos de Hallin e Mancini (2004) com a realidade sul-africana, e concluiu que o país constituía um híbrido. De facto, a África do Sul apresenta caracterís-

1. São cinco os países em questão: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

ticas do modelo democrático corporativista em termos políticos, mas não mediáticos, mas também não se encaixa de forma perfeita no modelo liberal, apresentando vários pontos de contacto com o modelo polarizado pluralista. O autor posiciona, assim, a África do Sul entre os modelos liberal e mediterrânico (ligeiramente mais perto deste último), num espaço que – defende – a investigação futura demonstrará ser povoado pela maioria das democracias emergentes africanas.

Em suma, através da análise da literatura sobre sistemas de média na África Subsaariana é possível concluir que, apesar de a sub-região apresentar algumas características homogéneas, existe um grau não negligenciável de diversidade nos sistemas de média dos quase 50 países que a compõem. Os estudos que analisaram essa diversidade têm, contudo, fragilidades como deixar de fora vários casos (veja-se o trabalho de D’Angelo e colegas ou os estudos baseados na dicotomia países anglófonos/francófonos) ou recorrer a um número demasiado parcimonioso de indicadores. Nas próximas páginas, tentaremos contribuir para esta literatura através do enfoque num número de casos superior, mais diversificado (e consequentemente representativo) e num conjunto mais amplo de dimensões analíticas.

### Casos, Dados e Variáveis

Para analisar a variedade de sistemas de média na África Subsaariana, recorreremos aos dados recolhidos pelo *African Media Barometer* da Fundação Friedrich Ebert.<sup>2</sup> Este barómetro oferece um panorama sistemático dos sistemas mediáticos no continente africano, feito com base na auscultação de especialistas em média e membros da sociedade civil de cada um dos países analisados. Trata-se de um acervo de dados precioso sobre um contexto relativamente ao qual escasseia informação de tipo quantitativo (Hadland, 2012).

Estes dados são utilizados para analisar a diversidade de sistemas de média no período entre 2007 e 2012 em 26 países<sup>3</sup>: África do Sul, Angola, Benim, Botswana, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Etiópia, Gana, Guiné Conacri, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Mali, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quénia, República Democrática do Congo, Senegal, Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia e Zimbábue. Trata-se de um conjunto muito diversificado de países em termos de regime político, sendo composto por duas democracias plenas (Cabo Verde e Maurícias), dez democracias (ex.: África do Sul) e 14 anocracias (ex.: Angola).<sup>4</sup> As anocracias são regimes híbridos que combinam elementos não-democráticos (frequentemente legados do autoritarismo anterior) com elementos típicos de regimes democráticos, como por exemplo eleições competitivas. Posicionam-se, por isso, entre os ideais-tipo da democracia consolidada e do autoritarismo, e não são necessariamente regimes em processo de transição para a democracia (Diamond, 2002). Um tipo comum de regime híbrido no contexto africano é aquele em que há uma predominância de um único partido político, mesmo existindo eleições competitivas, sendo essa predominância não decorrente de uma maioria societal estável de apoio a um partido, mas a irregularidades no processo eleitoral ou outros tipos de pressão e restrição indireta do pluralismo político (cf. Voltmer, 2012). As nações incluídas neste estudo são também distintas do ponto de vista geográfico, económico, cultural e em termos de legados coloniais (algumas são ex-colónias inglesas, outras francesas e outras ainda portuguesas). Apesar de não cobrir todos os países da África Subsaariana<sup>5</sup>, este conjunto de países permite-nos fotografar com algum grau de precisão a diversidade existente nesta região.

2. Cf. <https://fesmedia-africa.fes.de/>

3. O barómetro oferece informação mais recente, recolhida após 2016, para um número inferior de casos (15), pelo que optámos por um enquadramento temporal que nos permitisse maximizar o número de países em análise. Uma perspetiva longitudinal dos sistemas de média na África Subsaariana está fora do âmbito deste artigo.

4. Esta classificação é feita com base nos dados da Polity IV para 2013.

5. O barómetro inclui também dados sobre Argélia e Suazilândia (atualmente denominado Essuatini) que não utilizamos,

Passemos agora aos indicadores. De entre as várias dimensões do barómetro, organizadas em quatro sectores, seleccionámos as que nos permitem realizar uma operacionalização das dimensões teóricas de Hallin e Mancini (2004), necessária e naturalmente adaptada ao contexto africano.

Para o desenvolvimento do mercado dos média, seleccionámos o item “Uma ampla gama de fontes de informação (imprensa, radiodifusão, internet) está disponível e ao alcance financeiro dos cidadãos.” Esta operacionalização é, na nossa ótica, mais válida para o contexto africano que os indicadores habitualmente utilizados (circulação de jornais, número de títulos, etc.), dado que nos permite analisar diversidade de escolhas e massificação do consumo indo para além das estatísticas da imprensa escrita, que não só não apresentariam grande variação, mas seriam um mau *proxy* do desenvolvimento do mercado em África. Devemos ter em consideração que, na generalidade dos países da região subsaariana, encontramos elevados níveis de iliteracia, mercados de consumo subdesenvolvidos e infraestruturas tecnológicas deficitárias – características aliás partilhadas com outras democracias emergentes (Voltmer, 2012, 228). Por isso, o mercado de imprensa não é tão relevante quanto no mundo Ocidental, sendo, por exemplo, a rádio consideravelmente mais preponderante (Mano, 2010). Na senda de Hallin e Mancini (2012), usamos assim um indicador que nos ajuda a entender a desigualdade no acesso aos média, fator essencial no contexto em estudo.

Por sua vez, a dimensão de intervenção do Estado pôde ser desdobrada em três subdimensões, validadas através de análise fatorial: serviço público de radiodifusão (qualidade e independência)<sup>6</sup> regulação do mercado<sup>7</sup> e ausência de entraves legais à liberdade de expressão.<sup>8</sup> Esta operacionalização tripartida espelha a complexidade do conceito original, permitindo também lidar com os aspetos normativamente positivos (investimento, oferta de um serviço público de televisão e rádio sólidos e independentes, regulação) e negativos da intervenção estatal, associados a uma interferência excessiva do Estado na gestão e decisões editoriais dos média, típicos de democracias e anocracias pós-autoritárias (Voltmer, 2012) como as que aqui analisamos.

O paralelismo político é analisado através de um *proxy* imperfeito, dado o que único indicador disponível para o efeito cobre apenas parcialmente o conceito: “Todos os meios de comunicação refletem de forma justa as vozes da sociedade na sua diversidade étnica, linguística, religiosa, política e social.” Para além de incluir outros tipos de diversidade, este item não nos permite entender se a diversidade política decorre de pluralismo interno ou externo (paralelismo média-partidos) – elemento essencial para distinguir o modelo liberal dos restantes – nem se o padrão de pluralismo é hegemónico (típico dos sistemas partidários de partido dominante) ou fragmentado (clássico dos sistemas pluralistas pola-

---

dado que o primeiro país não pertence à região em análise (mas ao Médio Oriente e Norte de África) e o segundo é um regime autoritário (uma monarquia absoluta). Se vemos vantagem e adequabilidade no uso das ferramentas conceptuais de Hallin e Mancini na análise de regimes políticos híbridos, temos sérias reservas quanto à sua utilização no estudo de sistemas de média em regimes autoritários.

6. Índice criado com os seguintes itens: “A emissora pública oferece uma programação diversificada e que satisfaz todos os interesses e pontos de vista”, “A emissora pública está adequadamente financiada de uma maneira que a protege de interferência aleatória através do seu orçamento ou de pressões comerciais”, “A emissora pública é responsável perante o público através de um conselho governativo representativo da sociedade em geral e selecionado de uma maneira independente, aberta e transparente” e “A independência editorial da emissora pública perante pressões de natureza comercial e de influência política é garantida pela lei e é praticada”.

7. Índice criado com os seguintes itens: “Legislação sobre a radiodifusão que viabilize um ambiente propício para a radiodifusão pública, comercial e comunitária foi aprovada e está a ser implementada” e “A regulação da competição e a legislação combatem a existência de monopólios e concentração de meios de comunicação social”.

8. Índice criado com os seguintes itens: “Não há leis que restringem a liberdade de expressão, tais como excessivas leis sobre segredos oficiais ou difamação, ou leis que interferem de forma não razoável com as responsabilidades dos média”, “O governo leva a cabo todos os esforços para honrar os instrumentos regionais e internacionais sobre liberdade de expressão e liberdade de imprensa”, e “As publicações da imprensa não necessitam de obter permissão por parte do Estado para serem disseminadas”.

rizados, mas também teoricamente observável em sistemas bipartidários ou multipartidários) (Voltmer, 2012, 243). No entanto, dada a relevância do indicador para uma operacionalização completa do modelo analítico de Hallin e Mancini (2004), optámos pela utilização deste item.

Por fim, a profissionalização dos jornalistas é analisada de maneira bidimensional, com base nos resultados da análise fatorial à panóplia de indicadores disponíveis: enquadramento institucional e formação dos profissionais dos média<sup>9</sup>, e interiorização de normas e valores jornalísticos.<sup>10</sup>

Todos os indicadores aqui referidos, bem como os índices criados com base nos mesmos, são medidos através de uma escala de 5 pontos, em que 1 significa “o país não apresenta de todo esta característica” e 5 significa “o país apresenta esta característica de forma completa”. Nos raríssimos casos de valores em falta nos relatórios do *African Media Barometer*, utilizou-se o ponto médio da escala (2,5) como valor de substituição.

### Resultados: Três Sistemas de Média na África Subsaariana

A análise dos sistemas de média em 26 países da África Subsaariana que reportamos abaixo tem como base uma análise de *clusters* destinada a agrupar estes casos de acordo com as suas semelhanças no que diz respeito ao desenvolvimento do mercado de média, à intervenção do Estado, à diversidade política (e de outra natureza) e à profissionalização do jornalismo. A análise de *clusters* foi realizada com o método de Ward e usou como medidas de distância as distâncias euclidianas ao quadrado.

Desta análise resultaram três grupos homogêneos (Figura 1). O primeiro *cluster* é composto por Benim, Camarões, Costa do Marfim, Guiné Conacri, Malawi, República Democrática do Congo e Togo. São, na sua maioria, países da África Ocidental (com exceção do Malawi e da República Democrática do Congo), francófonos (com exceção do Malawi), anocracias (com exceção do Malawi e do Benim, descritas como democracias pela Polity IV), e antigas colónias francesas (com exceção do Malawi e da República Democrática do Congo, colonizadas respetivamente pela Grã-Bretanha e pela Bélgica) (Tabela 1). Este modelo será designado por modelo *anocrático francófono*.

O segundo grupo, mais povoado, é composto por África do Sul, Cabo Verde, Etiópia, Gana, Mali, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Quênia, Senegal e Tanzânia (Figura 1). É um *cluster* bastante diversificado sob vários pontos de vista (Tabela 1), havendo, no entanto, uma preponderância de democracias e, em menor escala, de ex-colónias britânicas e falantes de inglês. Este grupo será assim denominado de *modelo democrático*.

Por fim, o último grupo é, por sua vez, habitado por Angola, Botswana, Lesoto, Madagáscar, Nigéria, Uganda, Zâmbia e Zimbábue (Figura 1). Dado ser constituído maioritariamente por anocracias (exceto Botswana, Lesoto e Zâmbia) e países anglófonos (excetuando Angola e Madagáscar), receberá o nome de modelo *anocrático anglófono*.

O facto de os três modelos identificados serem apenas relativamente – e não completamente – homogêneos em termos de posicionamento geográfico, sistema político e língua e legado colonial chama a atenção para que estes fatores podem interagir na explicação da natureza dos sistemas de média vigentes nos países africanos, da mesma maneira que, em Hallin e Mancini, as velhas democracias e os países da Europa Ocidental não pertencem todas ao mesmo modelo (em grande medida porque França

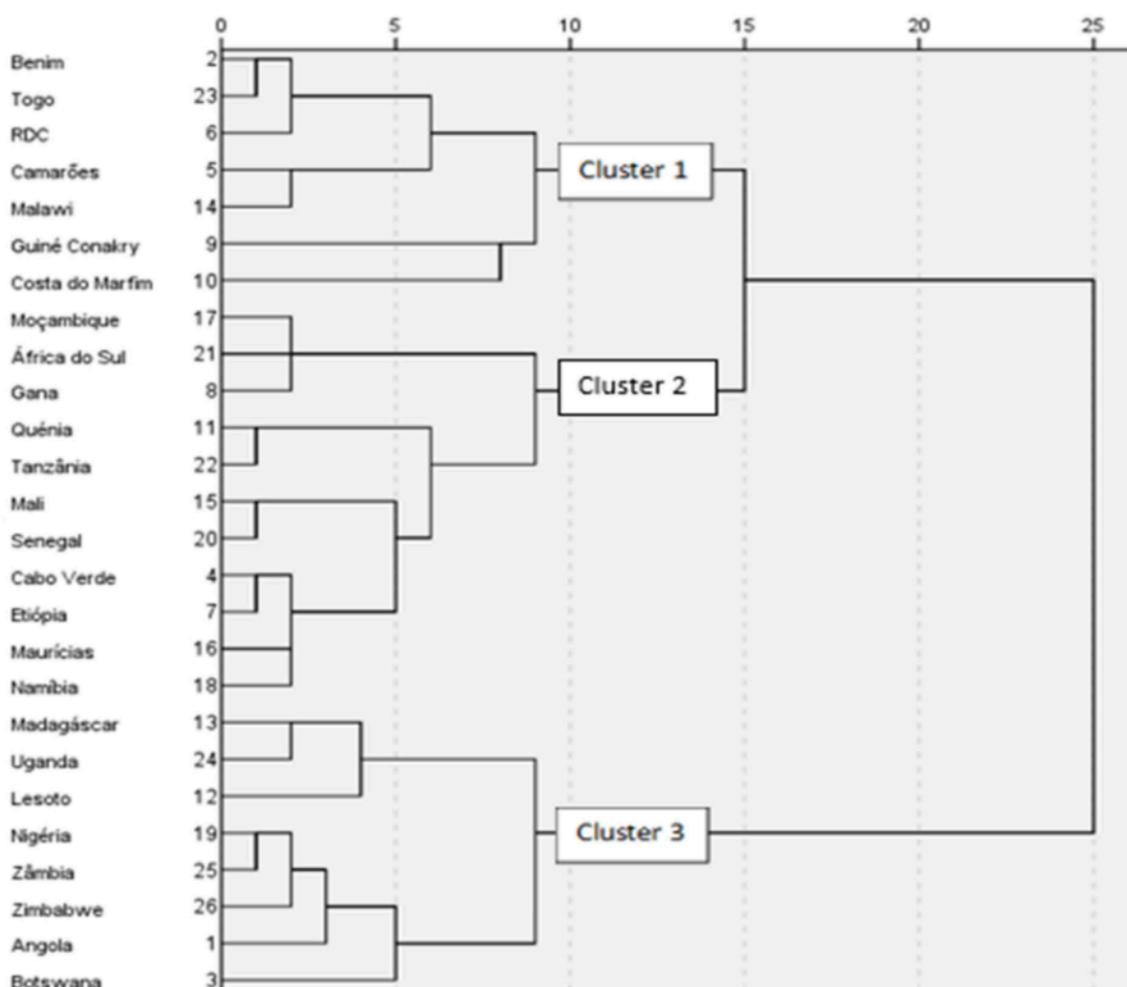
9. Índice criado com os seguintes itens: “Os média seguem códigos voluntários de *standards* profissionais, que são reforçados por órgãos autorreguladores que lidam com reclamações do público”, “Os jornalistas e outros profissionais dos média estão organizados em sindicatos e/ou associações profissionais, que representam de facto os seus interesses” e “Os profissionais dos média têm acesso a instâncias de formação que oferecem programas de qualificação formal, bem como oportunidades de atualização de competências”.

10. Índice criado com os seguintes itens: “Os padrões de reportagem seguem os princípios básicos de exatidão e justiça”, “Os jornalistas e os editores não se envolvem em autocensura” e “Os jornalistas e os média são íntegros e não são corruptos”.

é inserida no modelo pluralista polarizado) (Hallin & Mancini, 2004). Para além disso, o facto de que, como veremos, alguns países encaixarem menos bem nos três modelos relembra-nos que estamos a analisar ideais-tipos aos quais alguns casos aderem mais e outros menos bem, exatamente como em *Comparing Media Systems*, onde a Alemanha, Portugal e o Reino Unido constituem casos menos exemplares dos modelos democrático corporativista, pluralista polarizado e liberal, respetivamente (Hallin & Mancini, 2004).

**Figura 1**

*Três Sistemas de Média na África Subsaariana: Resultados da Análise de Clusters (Dendograma)*



Antes da análise das especificidades dos diferentes *clusters*, vale a pena tecer algumas considerações sobre os padrões gerais observados neste conjunto de países. Em primeiro lugar, apesar de variarem entre os três grupos, os níveis de desenvolvimento do mercado dos média são, na melhor das hipóteses, modestos (Tabela 1). Este facto deve-se, como vimos acima, às dificuldades de afirmação da imprensa escrita em vários países, devido a iliteracia, entraves tecnológicos, fragmentação linguística, e níveis de pobreza – extremos em vários dos países aqui analisados – que impedem franjas consideráveis da população de aceder aos meios necessários para consumir produtos mediáticos e fazem com que este consumo seja, acima de tudo, comum nas elites e em contexto urbano (Voltmer, 2012, 228).

Em segundo lugar, tal como observado noutros estudos realizados fora do contexto ocidental (Hallin & Mancini, 2012, 297), o papel do Estado parece ser mais negativo e problemático do que nos

países incluídos no estudo seminal de Hallin e Mancini (2004). De facto, estes países apresentam um sistema público de radiodifusão particularmente débil e um enquadramento legal que, na melhor das hipóteses, restringe a liberdade de imprensa apenas parcialmente.

Para além disso, os níveis de diversidade política (e outra) são modestos, embora haja também variação. Apesar de não termos dados quantitativos sobre a natureza concreta deste fenómeno, a informação de tipo qualitativo de que dispomos, decorrente da análise da literatura especializada, permite-nos acrescentar que nesta região do globo é frequente uma situação de pluralismo político desequilibrado a favor do governo e/ou dos principais partidos, num contexto de média fortemente politizados (Hadland, 2012; Frère, 2015; Salgado, 2014). O contexto da África Subsaariana é, assim, um contexto de pluralismo externo, mais ou menos hegemónico dependendo do contexto particular. Por exemplo, olhando apenas para países lusófonos, Salgado refere que o paralelismo político assume diferentes facetas em Cabo Verde (paralelismo entre os média e os dois principais partidos), Angola (predominância do partido dominante) e São Tomé e Príncipe (dependente de quem está no governo) (Salgado, 2018, 204). Em linhas gerais, o entendimento do tipo concreto de paralelismo em cada país subsaariano deve resultar, em grande medida, da análise das características dos sistemas partidários nestes países.<sup>11</sup>

Por fim, os níveis genericamente baixos de profissionalização do jornalismo, na sua componente de interiorização de normas e valores jornalísticos, não são surpreendentes num contexto em que o modelo jornalístico predominante é o do *development journalism* (jornalismo de desenvolvimento) (Hadland, 2012, 107; Mfumbusa, 2008, 144), que entende o serviço público dos média passa pela contribuição para o alcance das metas de desenvolvimento cunhadas pelo governo. Este modelo implica uma menor autonomia jornalística e entra em choque com os valores jornalísticos ditos ocidentais, em particular os presentes nos sistemas de média de tipo liberal. Há, de facto, na literatura especializada, uma discussão sobre a dificuldade em desenvolver uma ordem normativa adequada para o jornalismo africano com base na confluência dos valores africanos comunitaristas e dos valores ocidentais liberais (Mfumbusa, 2008).

---

11. Ver, a este propósito, Sanches (2018).

**Tabela 1**  
*Descrição dos Três Clusters identificados*

	<i>Cluster 1 (Anocrático Francófono)</i>	<i>Cluster 2 (Democrático)</i>	<i>Cluster 3 (Anocrático Anglófono)</i>
Países	Benim, Camarões, Costa do Marfim, Guiné Conacri, Malawi, RDC, Togo	África do Sul, Cabo Verde, Etiópia, Gana, Mali, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Quênia, Senegal, Tanzânia	Angola, Botswana, Lesoto, Madagáscar, Nigéria, Uganda, Zâmbia e Zimbábue
Localização no continente africano	África Ocidental (exceto Malawi e RDC)	África Oriental e Meridional (exceto Cabo Verde, Senegal, Mali, Gana)	África Meridional (exceto Nigéria e Uganda)
Regime político (Polity IV 2013)	Cinco anocracias (duas das quais fechadas), duas democracias	Sete democracias, quatro anocracias (duas das quais fechadas)	Cinco anocracias (duas das quais fechadas) e três democracias
Sistema de governo	Sistemas presidenciais em todos os casos	Sistemas presidenciais, semipresidenciais e parlamentares	Maioria de sistemas presidenciais
Legados Coloniais	França (exceto RDC – Bélgica, e Malawi – Reino Unido).	Reino Unido (6), França (3), Portugal (2)	Reino Unido (exceto Madagáscar – França, e Angola – Portugal)
Línguas Europeias Oficiais	Francês (exceto Malawi – Inglês)	Inglês, Francês, Português	Inglês (exceto Madagáscar – Francês, e Angola – Português)
<i>Desenvolvimento do mercado de média</i>	Médio 3,14 <sup>a</sup> (0,85)	Médio 3,27 <sup>a</sup> (0,61)	Baixo 2,20 <sup>b</sup> (0,50)
<i>Diversidade política (e outra) dos média</i>	Média-Baixa 2,91 <sup>a</sup> (0,64)	Média-Baixa 2,45 <sup>ab</sup> (0,47)	Baixa 2,09 <sup>b</sup> (0,45)
<i>Intervenção do Estado</i>			
Serviço público de radiodifusão	Fraco 1,86 <sup>a</sup> (0,48)	Médio-Fraco 2,32 <sup>b</sup> (0,27)	Fraco 1,67 <sup>a</sup> (0,32)
Regulação do mercado	Média 3,40 <sup>a</sup> (0,98)	Média-Baixa 2,66 <sup>b</sup> (0,45)	Baixa 1,89 <sup>c</sup> (0,76)
Ausência de entraves legais à liberdade de imprensa	Média 3,14 <sup>a</sup> (0,82)	Média 3,02 <sup>a</sup> (0,88)	Baixa 2,16 <sup>b</sup> (0,85)
<i>Profissionalização do jornalismo</i>			
Institucionalização e formação	Média-Alta 3,64 <sup>a</sup> (0,44)	Média-Baixa 2,85 <sup>b</sup> (0,50)	Média-Baixa 2,78 <sup>b</sup> (0,78)
Interiorização de valores e normas	Baixa 1,97 <sup>a</sup> (0,43)	Média-Baixa 2,51 <sup>b</sup> (0,48)	Baixa 2,03 <sup>a</sup> (0,43)

Notas: Os valores numéricos dizem respeito à média de cada indicador para cada cluster de países; entre parêntesis apresentam-se os desvios-padrão. As letras superiores à linha identificam os subgrupos estatisticamente distintos, de acordo com os resultados de uma análise de variância (ANOVA).

### *Modelo Anocrático Francófono*

Este *cluster* é caracterizado por um mercado de média relativamente desenvolvido, uma intervenção do Estado débil (exceto em termos de regulação), níveis médios de diversidade política nos média e uma situação mista em termos de profissionalização do jornalismo, com uma tendência de considerável enquadramento institucional e formação dos profissionais não acompanhada por uma completa disseminação de valores e normas jornalísticas (Tabela 1). Este último padrão decorre, em parte, da assimilação dos modelos francês e desenvolvimentista do jornalismo em concomitância, num contexto socioeconómico e político favorável ao jornalismo por encomenda e aos editoriais propagandísticos (Frère, 2015, 109). Por sua vez, os níveis comparativamente mais elevados (embora modestos) de diversidade política aqui observados decorrem de um panorama geral de politização dos média associado ao

facto de muitos países deste grupo – tanto democracias como anocracias abertas – constituírem sistemas multipartidários (apenas os Camarões e o Togo não se encaixam nesta descrição) (Sanches, 2018; Gallagher, 2019).

Vale a pena sublinhar que o nível médio de desenvolvimento do mercado mediático nos países do modelo anocrático francófono convive com um mercado de imprensa escrita particularmente débil, com níveis de circulação extremamente reduzidos e custos de produção que fazem equivaler o preço de um jornal ao de uma refeição (Frère, 2015, 105-106). Por outro lado, a debilidade do serviço público de radiodifusão, decorrente do seu parco financiamento e pouca autonomia, tem sido identificada como um problema e combatida através de nova legislação em vários países francófonos da África Subsaariana e, mais concretamente, da intervenção de organizações de ajuda ao desenvolvimento no Malawi (Frère, 2015, 108; Harris, 2018).

Este cluster aparenta assim constituir um híbrido entre os modelos liberal (mercado relativamente desenvolvido, fraco serviço público de radiodifusão, contexto legal sem grandes entraves à liberdade de imprensa), democrático corporativista (forte regulação do mercado, profissionalização institucionalizada, pluralismo externo) e pluralista polarizado (baixos níveis de interiorização de valores e normas jornalísticas, pluralismo externo).

Em termos normativos, o retrato aqui feito dos países africanos francófonos é ligeiramente menos negativo que o de Frère, que neles identifica um modelo de sistema de média pluralista autoritário, com lacunas mais graves em termos de desenvolvimento de mercado e maiores entraves à liberdade de expressão, incluindo prisões de jornalistas e suspensão do acesso à emissora internacional *Radio France Internationale* (Frère, 2015). As diferenças devem-se, claro está, à utilização de ferramentas distintas e sobretudo ao enfoque em grupos de casos não completamente equivalentes.

#### *Modelo Democrático*

Este *cluster* apresenta um nível médio de desenvolvimento do mercado dos média, um serviço público de radiodifusão comparativamente mais forte que os dois outros clusters (embora muito modesto em termos absolutos), níveis médios de regulação do mercado e de ausência de entraves legais à liberdade de imprensa, uma diversidade média-baixa dos média em termos políticos (e outros) e níveis comparativamente mais elevados, embora modestos, de respeito por normas e valores jornalísticos por parte dos profissionais do sector, num contexto de profissionalização fracamente institucionalizado.

É de salientar que o nível de desenvolvimento do mercado dos média neste grupo acontece igualmente num panorama de iliteracia, dificuldades técnicas e pobreza. No caso de Moçambique, um dos países mais pobres do mundo, o processo de liberalização política permitiu a proliferação de rádios privadas e de outras iniciativas de média bastante originais (como por exemplo jornais via fax, para ultrapassar a barreira dos custos do papel para impressão e outros entraves tecnológicos), e o próprio Estado tem, com o apoio de organizações internacionais, fomentado o desenvolvimento do sector (Salgado, 2014, 78).

Os níveis ligeiramente mais baixos de diversidade política dos média em relação ao cluster anocrático francófono – objetivamente menos positivo em termos normativos – dever-se-ão, acima de tudo, à proliferação de sistemas partidários de partido dominante (África do Sul, Etiópia, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Senegal, Tanzânia) ou bipartidários (Cabo Verde, Gana) neste grupo de países (Sanches, 2018), tendo como pano de fundo geral um elevado grau de politização dos média. Menos partidos relevantes significa, num contexto de elevado partidarismo e instrumentalização dos média, um enfoque e apoio mediático a um menor número de forças políticas *vis-à-vis* o que aconteceria num sistema multipartidário nesta região.

Quanto aos níveis de profissionalização jornalística, apesar de mais elevados que nos dois outros clusters em termos de interiorização de normas e valores jornalísticos, são particularmente débeis se

comparados com os observáveis na Europa Ocidental.<sup>12</sup> De facto, em Moçambique, a aceitação de subornos e a autocensura acontecem com alguma frequência, e o modelo de jornalismo de desenvolvimento (colaborativo, como vimos acima) convive com, e algumas vezes sobrepõe-se, ao de jornalismo de escrutínio da ação governativa (Salgado, 2014, 76). A Tanzânia apresenta um padrão similar em termos de dualidade de valores jornalísticos.<sup>13</sup> No Quênia, o desejo de combater as desigualdades económicas e políticas através do seu trabalho é fortíssimo nas coortes mais jovens de jornalistas dos títulos mais importantes da imprensa de Nairobi. (Ogongo-Ogongo'a, 2008) A autocensura, bastante comum na Etiópia, é frequentemente racionalizada com referência aos benefícios teóricos do jornalismo de desenvolvimento (Skjerdal, 2008).

Por outro lado, apesar de serem inferiores aos identificados no modelo anocrático anglófono, os entraves legais à liberdade de imprensa não são inexistentes, como reporta Hadland na sua análise do caso sul-africano, no âmbito da qual denuncia quer a utilização de legislação da era Apartheid, quer a passagem de nova legislação destinada a limitar a liberdade de imprensa (Hadland, 2012, 108). Para além disso, apesar de várias garantias legais formais, os jornalistas sul-africanos e outros profissionais do sector tendem a expressar a preocupação de que a liberdade de imprensa está sob pressão no país. Tal pressão seria devida a constrangimentos políticos (comportamentos agressivos por parte de alguns atores partidários) e económicos (decorrentes da rápida e abrangente comercialização dos média após 1994), que impedem que os média desempenhem na perfeição o seu papel de *watchdogs* (cães de vigia) (Wasserman, 2010a). A situação é aparentemente semelhante na Namíbia, ainda que neste país os constrangimentos de tipo económico decorrentes da comercialização do sector sejam menos pronunciados (Wasserman, 2010b).

Este *cluster* é o que mais se aproxima do modelo liberal, embora o encaixe não seja perfeito, dada a presença de vários padrões típicos do modelo mediterrânico. O hibridismo liberal-mediterrânico dos casos sul-africano e cabo-verdiano foram já atestados por trabalhos anteriores (Salgado, 2014, 98; Hadland, 2007; 2012); pelo que o nosso contributo passa acima de tudo por demonstrar que, tal como suspeitava Hadland, este é um padrão muito comum no contexto africano, em particular nos regimes democráticos.

Na Figura 1, verificamos que África do Sul, Gana e Moçambique estão um pouco separados dos restantes países inseridos neste cluster. Isto deve-se a um grau de intervenção estatal de valência normativa negativa (entraves legais à liberdade de imprensa) ligeiramente menor e a uma profissionalização jornalística comparativamente superior. Cabo Verde, a democracia mais consolidada de entre os países aqui considerados, não faz parte deste grupo restrito (e normativamente mais bem colocado) acima de tudo devido a lacunas em termos de profissionalização jornalística, decorrente de dificuldades na formação dos profissionais (Salgado, 2014, 97).

#### *Modelo Anocrático Anglófono*

Este *cluster* é aquele que, do ponto de vista normativo, apresenta mais fragilidades: um mercado de mídia pouco desenvolvido e pouco regulado, um serviço público de radiodifusão fraco, baixos níveis de diversidade política (e outra), vários entraves legais à liberdade de imprensa, e níveis modestos de profissionalização jornalística (Tabela 1).

Algumas notas sobre os padrões identificados são necessárias. Em primeiro lugar, a intervenção do Estado é iníqua de forma particular neste contexto: fortes constrangimentos à liberdade de imprensa são acompanhados por poucas iniciativas regulatórias e um serviço público pífio. No caso do Zimbábue, a fragilidade do serviço público de radiodifusão deve-se acima de tudo à fraca independência do mesmo, e não à existência de um sector privado forte, dado que, em 2010, este país era apresentado

12. (ver, por exemplo, Santana Pereira, 2016).

13. (Ramaprasad, 2001, citado por Mfumbusa, 2008).

como um dos poucos casos africanos em que não tinha havido uma abertura do sector de *broadcasting* à iniciativa privada. (Mano, 2010, 5) Por outro lado, em Angola, a recente comercialização do mercado mediático (através do surgimento de atores privados no campo da televisão, rádio e imprensa escrita), não significou um menor impacto governamental nos média, dado que estas iniciativas são controladas por entidades próximas ao governo. Dessa maneira, tal como acontece na Televisão Pública de Angola, na Rádio Nacional de Angola e no Jornal de Angola (todos de propriedade e controlados pelo Estado angolano), há uma preponderância da cobertura do (e da concordância com o) governo nos média privados (Salgado, 2014, 59). Em suma, mais ou menos privatizado, mais ou menos desenvolvido, o mercado mediático destes países é fortemente instrumentalizado pelo governo, podendo por isso observar-se um padrão de paralelismo político hegemónico. Num contexto genericamente menos livre, a natureza do sistema partidário perde relevância; no entanto, devemos reconhecer que neste cluster existem vários casos de sistemas de partido dominante, como sejam Angola, Botswana, Lesoto, Nigéria e Zâmbia (Sanches, 2018).

Quanto à profissionalização dos jornalistas, encontramos aqui, como no modelo anocrático francófono, níveis muito baixos de interiorização de valores e normas de conduta e qualidade jornalística. Este padrão é exemplificado pelo contexto angolano, em que a corrupção de jornalistas é comum, bem como a autocensura e a parcialidade na transmissão de informação às audiências. Um contexto de baixos salários, fraca institucionalização e débil formação técnica dos jornalistas contribui para este quadro no país (Salgado, 2014, 60).

Por fim, vale a pena destacar que os baixos níveis de desenvolvimento do mercado dos média neste grupo de países estão associados acima de tudo a um mercado de imprensa incipiente, que faz com que os jornais sejam efetivamente consumidos apenas pela elite que pode desembolsar por um jornal um valor pecuniário que, em Angola, é equivalente ao de 10 litros da gasolina necessária para manter os geradores de eletricidade das habitações a funcionar. Como reporta Susana Salgado, isto faz com que os jornais que eventualmente se comprem fossem guardados e preservados pelos cidadãos angolanos, recebendo por conseguinte um tratamento similar ao que, noutros contextos, é concedido aos livros (Salgado, 2014, 61).

Dos três *clusters*, este é aquele que se mais parece com o modelo pluralista polarizado, embora não encaixe completamente no ideal-tipo devido aos padrões observados em termos de intervenção do Estado (nomeadamente em termos de serviço público e regulação), que o aproximam ao modelo liberal. Lesoto, Madagáscar e Uganda distanciam-se ligeiramente dos restantes países deste cluster (Figura 1) devido a padrões de profissionalização jornalística ainda mais baixos.

## Conclusões

Neste artigo, utilizámos dados do *African Media Barometer*, cuja análise foi enriquecida com recurso a literatura secundária, para deslindar padrões de diversidade e semelhança entre os diferentes sistemas de média na África Subsaariana. Esta é uma região do globo que, como vimos, tem recebido pouca atenção por parte dos comunicólogos comparativistas, em contraste com o panorama europeu e da América do Norte. Concluímos que os sistemas de média na África Subsaariana podem ser agrupados em três grupos, relativamente homogéneos do ponto de vista político, linguístico e/ou de legado colonial e deveras similares quanto ao desenvolvimento do mercado de média, à intervenção do Estado, à diversidade política e à profissionalização jornalística.

Como esperado, nenhum destes grupos espelha na perfeição os modelos de Hallin e Mancini (2004), constituindo três modelos híbridos de diferente natureza, e todos eles com uma ligação clara – mais ou menos pronunciada – ao paradigma pluralista polarizado. Em primeiro lugar, encontrámos um modelo comum nos países anocráticos francófonos, marcado por debilidades em termos de serviço público de

radiodifusão e interiorização de normas por parte dos jornalistas. Um segundo modelo, frequentemente identificável nas anocracias africanas de língua oficial inglesa, apresenta lacunas significativas nos quatro indicadores aqui utilizados, sendo aquele que é normativamente menos desejável. Por fim, o modelo que designamos democrático distingue-se do modelo francófono devido a um serviço público um pouco mais forte, uma menor institucionalização da profissão jornalística e níveis comparativamente mais elevados de interiorização de normas e valores jornalísticos por parte dos profissionais dos média. Apesar de a distância entre cada modelo aqui identificado e um ideal-tipo normativo de sistema de média variar consideravelmente (estando o modelo democrático muito mais próximo dessa norma que o anocrático anglófono, por exemplo), todos os modelos espelham as fragilidades de tipo estrutural nos sistemas de média nesta região do globo. Estas fragilidades passam, por exemplo, pelas dificuldades de acesso aos média – especialmente em zonas não urbanas – os entraves de tipo económico e, por vezes, político, a um jornalismo de tipo watchdog, e deficiências na formação e profissionalização dos jornalistas.

A análise que aqui apresentamos, tendo o mérito de constituir uma análise comparativa rica e profunda dos sistemas de média nesta região, não é, obviamente, isenta de fragilidades. Por um lado, apesar de este estudo incluir uma panóplia muito alargada de países, cobre apenas pouco mais de 50 por cento das nações que compõem a África Subsaariana. Embora a diversidade dos casos incluídos nos permita confiar na representatividade desta amostra, estudos posteriores poderão, através de uma análise comparativa de um maior número de casos, fornecer um retrato mais preciso da diversidade de sistemas de média nesta região. Por outro, apesar do esforço no sentido de realizar uma operacionalização das dimensões do modelo teórico de Hallin e Mancini (2004) que fosse congruente com o contexto em análise, este estudo, ao contrário de outros acima discutidos, neste artigo não se propôs uma verdadeira inovação teórica em relação ao modelo clássico. Isto aconteceu por vários motivos, desde a falta de dados até ao desejo de comunicar mais diretamente com a literatura inspirada em *Comparing Media Systems*. No entanto, serão bem-vindos estudos que enriqueçam a perspetiva dos sistemas de média da África Subsaariana aqui oferecida com algum elemento de inovação teórica. Afinal, se o modelo de Hallin e Mancini pode viajar, é natural que regresse diferente dessas viagens.

### Referências Bibliográficas

- Albuquerque, A. (2012). On models and margins. Comparative media models viewed from a Brazilian perspective. In D. C. Hallin & P. Mancini (Eds.), *Comparing Media Systems Beyond the Western World* (pp. 72–95). Cambridge: CUP.
- Azevedo, F. (2006). Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*, 12(1), 88–113.
- Balčytienė, A. (2012). Culture as a guide in theoretical explorations of Baltic media. In D. C. Hallin & P. Mancini (Eds.), *Comparing Media Systems Beyond the Western World* (pp. 51–71). Cambridge: CUP.
- Blumler, J. G., & Gurevitch, M. (1995). *The Crisis of Public Communication*. Abingdon: Routledge.
- Capitant, S., & Frère, M. (2011). Africa's media landscapes: A thematic introduction. *Afrique Contemporaine*, 240, 25–41.
- Castro, L., Humprecht, E., Engesser, S., Brüggemann, M., & Büchel, F. (2017). Rethinking Hallin and Mancini beyond the West: An analysis of media systems in Central and Eastern Europe. *International Journal of Communication*, 11, 4797–4823.
- D'Angelo, P., Pollock, J., Kiernicki, K., & Shaw, D. (2013). Framing of AIDS in Africa: Press-state relations, HIV/AIDS news, and journalistic advocacy in four sub-Saharan Anglophone newspapers. *Politics and the Life Sciences*, 32(2), 100–125.
- Diamond, L. (2002). Elections without democracy: Thinking about hybrid regimes. *Journal of Democracy* 13(2), 21–35.

- Dobek-Ostrowska, B. (2012). Italianization (or Mediterraneanization) of the Polish media system. In D. C. Hallin & P. Mancini (Eds.), *Comparing Media Systems Beyond the Western World* (pp. 26–50). Cambridge: CUP.
- Elvestad, E., & Blekesaune, A. (2008). Newspaper readers in Europe: A multilevel study of individual and national differences. *European Journal of Communication*, 23(4), 425–447.
- Frère, M. (2012). Perspectives on the media in ‘another Africa’. *African Journalism Studies*, 33(3), 1–12.
- Frère, M. (2015). Francophone Africa: The rise of ‘pluralist authoritarian’ media systems? *African Journalism Studies*, 36(1), 103–112.
- Gallagher, M. (2019). *Election Indices Dataset*. Disponível em [http://www.tcd.ie/Political\\_Science/people/michael\\_gallagher/ElSystems/index.php](http://www.tcd.ie/Political_Science/people/michael_gallagher/ElSystems/index.php), consultado a 26 de julho de 2021.
- Hadland, A. (2007). *The South African print media, 1994-2004: an application and critique of comparative media systems theory?* Tese de Doutorado, Universidade da Cidade do Cabo.
- Hadland, A. (2012). Africanizing three models of media and politics: The South African experience. In D. C. Hallin & P. Mancini (Eds.) *Comparing Media Systems Beyond the Western World* (pp. 96–118). Cambridge: CUP.
- Hallin, D. C., & Mancini, P. (2004). *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*. Cambridge: CUP.
- Hallin, D., & Mancini, P. (2010). “Comparing Media Systems”: A response to critics. *Media & Journalism* 17(9), 53–65.
- Hallin, D. C., & Mancini, P. (2012a). *Comparing Media Systems Beyond the Western World*. Cambridge: CUP.
- Hallin, D. C., & Mancini, P. (2012b). Conclusion. In D. C. Hallin & P. Mancini (Eds.), *Comparing Media Systems Beyond the Western World* (pp. 278–304). Cambridge: CUP.
- Hallin, D., & Papathanassopoulos, S. (2002). Political clientelism and the media: southern Europe and Latin America in comparative perspective. *Media, Culture & Society*, 24(2), 175–195.
- Harris, S. T. G. (2018). Questioning the role of foreign aid in media system research. In B. Mutsvauro (Ed.) *The Palgrave Handbook of Media and Communication Research in Africa* (pp. 401–412). Londres: Palgrave.
- Mano, W. (2010) Africa: Media systems. In W. Donsbach (Ed.), *The International Encyclopedia of Communication*. DOI: <https://doi.org/10.1002/9781405186407.wbieca033>.
- Mfumbusa, B. F. (2008). Newsroom ethics in Africa: Quest for a normative framework. *African Communication Research*, 1(2), 139–158.
- Ngomba, T. (2012). Differing paradigms of media systems development in contemporary Africa: Does the ‘Chinese Model’ have a place? *Journal of Asian and African Studies*, 47(1), 52–67.
- Nisbet, E., & Moehler, D. (2005). *Emerging Political Communication Systems in sub-Saharan Africa: Some Preliminary Models*. Comunicação à conferência da American Political Science Association, Washington DC, setembro de 2005.
- Norris, P. (2004). Global political communication: Good governance, human development and mass communication. In F. Esser & B. Pfetsch (Eds.), *Comparing Political Communication: Theories, Cases and Challenges* (pp. 115–150). Cambridge: CUP.
- Norris, P. (2009). Comparative political communications: Common frameworks or babelian confusion? *Government and Opposition*, 44(3), 321–340.
- Ogongo-Ogongo’a, S., & White, R. A. (2008) The shaping of news values of your journalists in Kenya. *African Communication Research*, 1(2), 159–184.
- Rambaud, B. (2009). *Trajectoires africaines de modèles médiatiques occidentaux: Analyse comparative de la presse écrite du Burkina Faso et du Kenya*. Tese de Doutorado, Universidade de Bordeus III.

- Salgado, S. (2014). *The Internet and Democracy Building in Lusophone African Countries*. Londres: Routledge.
- Salgado, S. (2018). Comparative media studies in Africa: Challenges and paradoxes. In B. Mutsvauro (Ed.) *The Palgrave Handbook of Media and Communication Research in Africa* (pp. 195–211). Londres: Palgrave.
- Sanches, E. (2018). *Party Systems in Young Democracies: Varieties of Institutionalization in Sub-Saharan Africa*. Oxford: Routledge.
- Santana Pereira, J. (2012). *Media Systems and Information Environments: A Comparative Approach to the Agenda-Setting Hypothesis*. Tese de Doutorado, Instituto Universitário Europeu de Florença.
- Santana Pereira, J. (2016). The Portuguese media system and the normative roles of the media: A comparative view. *Análise Social*, 221, 780–801.
- Siebert, F. S., Peterson, T., & Schramm, W. (1956). *Four Theories of The Press. The Authoritarian, Libertarian, Social Responsibility, and Soviet Communist Concepts of What the Press Should Be and Do*. Urbana, IL: University of Illinois Press.
- Skjerdal, T. S. (2008). Self-censorship among news journalists in the Ethiopian state media. *African Communication Research*, 1(2), 185–206.
- Traquina, N. (2010). Nota à edição portuguesa. In D. C. Hallin & P. Mancini (Eds.), *Sistemas de Média: Estudo Comparativo. Três Modelos de Comunicação e Política* (pp. 9–10). Lisboa: Livros Horizonte.
- Voltmer, K. (2008). Comparing media systems in new democracies: East meets South meets West. *Central European Journal of Communication*, 1(1), 23–40.
- Voltmer, K. (2012). How far can media systems travel? Applying Hallin and Mancini's comparative framework outside the western world. In D. C. Hallin & P. Mancini (Eds.) *Comparing Media Systems Beyond the Western World* (pp. 224–245). Cambridge: CUP.
- Voltmer, K. (2013). *The Media in Transitional Democracies*. Cambridge: Polity Press.
- Wasserman, H. (2010a). Political journalism in South Africa as a developing democracy: Understanding media freedom and responsibility. *Communicatio*, 36(2), 240–251.
- Wasserman, H. (2010b). Freedom's just another word? Perspectives on media freedom and responsibility in South Africa and Namibia. *International Communication Gazette*, 72(7), 567–588.
- Zielonka, J. (Ed.). (2015). *Media and Politics in New Democracies: Europe in a Comparative Perspective*. Oxford: Oxford University Press.